

Educação musical no estado de Mato Grosso: uma pesquisa documental da Educação Básica nas redes federal e estadual

Comunicação

GTE 11 - Ensino de música nas escolas de educação básica

Anderson Toni
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
andersontoni12@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo investigar a presença da educação musical no estado de Mato Grosso a partir de uma pesquisa documental da Educação Básica nas redes federal e estadual. Em termos metodológicos, foram selecionados documentos sobre os currículos propostos e documentos sobre os concursos realizados para ingresso de professores para a atuação nos componentes curriculares específicos em que a educação musical estivesse presente. A análise qualitativa permitiu identificar o espaço geral da educação musical nos documentos curriculares das redes federal e estadual de Mato Grosso. A partir do reconhecimento dos espaços para a educação musical nos documentos oficiais, é possível uma maior propriedade em termos de atuação e de reflexão sobre as possibilidades para as ações de ensino, de aprendizagem e de políticas educacionais.

Palavras-chave: Educação Musical; Educação Básica; Mato Grosso.

Introdução

O campo de estudo da educação musical costuma ser definido como aquele que envolve as articulações entre conhecimentos musicais e educacionais nos mais diversos processos de prática, ensino e aprendizagem, assim como faz referência a esses processos a partir de diferentes contextos (sociais, históricos, econômicos, entre outros) e de variadas possibilidades de resultados educacionais-musicais (Figueiredo, 2010; Elliott; Silverman, 2015). Em relação ao estado de Mato Grosso, a necessidade do reconhecimento das práticas de ensino e aprendizagem de música são indicações recorrentes nas produções que buscam discutir a educação musical no estado (por exemplo, Abreu, 2007, 2011; Borne et al., 2021). No entanto, ainda há uma escassez de trabalhos que auxiliam na discussão do espaço da educação musical em Mato Grosso.

A presente pesquisa tem como objetivo investigar a presença da educação musical no estado de Mato Grosso a partir de uma pesquisa documental da Educação Básica nas redes

federal e estadual. Neste sentido, o trabalho está organizado em uma primeira seção que busca revisar possíveis materiais já publicados sobre o espaço da educação musical no estado de Mato Grosso. Na sequência, a metodologia da pesquisa é delineada a partir de um método documental, assim como os resultados encontrados são apresentados. Ao finalizar o texto, apresenta-se algumas considerações finais a partir da pesquisa realizada.

Educação musical no estado de Mato Grosso

O Mato Grosso possui cerca de 3,66 milhões de habitantes e é o maior estado da região Centro-Oeste do Brasil em distribuição territorial (IBGE, 2022). A formação de professores de música em cursos de Licenciatura em Música no estado de Mato Grosso ocorre de forma presencial somente na capital do estado na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em Cuiabá. Além da formação presencial, há a oferta de cursos de Licenciatura em Música à distância por meio de diferentes instituições privadas.

Na intenção de estudar o percurso histórico da educação musical em Mato Grosso, uma busca de possíveis publicações relacionados com a história da educação musical foi realizada. A história da educação musical tem por objetivo investigar o desenvolvimento histórico de práticas em educação musical (E. Pereira, 2019; M. Pereira, 2019; Monti; Rocha, 2019). No caso específico do estado de Mato Grosso, não há o reconhecimento de pesquisas historiográficas sobre a educação musical em levantamentos realizados em bases de dados e repositórios de pesquisas. Em um desses esforços, Oliveira e Cajazeiras (2007) publicaram um livro em que as autoras buscaram realizar um panorama da história da educação musical no Brasil e apresentar as realidades dos estados brasileiros. No capítulo dedicado ao Mato Grosso, Abreu (2007) traz como enfoque uma pesquisa sobre o ensino e a aprendizagem de música na cidade de Sinop/MT. A autora afirma que o estado de Mato Grosso possuía poucos profissionais formados em música e que esse era um problema para o componente curricular Arte na cidade investigada e em outras localidades do estado, reforçando a necessidade de um levantamento que fosse mais abrangente da situação da educação musical em Mato Grosso.

De fato, a questão apontada por Abreu (2007) há quase 20 anos ainda pode ser pertinente, considerando que há apenas um local de formação de professores de música de maneira presencial no estado de Mato Grosso e a questão da falta de profissionais para atuar na disciplina de Arte ou na área específica de música ainda é relevante (Abreu, 2011; UFMT, 2022). No caso de outras pesquisas que possam auxiliar a traçar os espaços da educação musical

em Mato Grosso, esforços recentes têm sido realizado para mapear a educação musical na cidade de Cuiabá (Borne et al., 2021) e há algumas pesquisas sobre a situação do ensino de música no âmbito de alguns *campi* do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) (por exemplo, Silva, 2019). É relevante destacar que há um aumento recente na realização de pesquisas em educação musical no estado, mas o recorte realizado nesta revisão faz referência a possibilidades de discussões sobre o espaço ou a história da educação musical em Mato Grosso.

Em termos de legislação e suas influências nas redes federal e estadual de Mato Grosso, a Lei Federal 11.769/08 (Brasil, 2008) tornou o ensino de música como conteúdo obrigatório do componente curricular Arte na Educação Básica. A aprovação dessa lei teve reflexos no estado de Mato Grosso, considerando a aprovação da Lei Estadual 9.437 (Mato Grosso, 2010) que estabeleceu a inclusão da música nos conteúdos curriculares do Ensino Fundamental e Médio das escolas da rede estadual de ensino. A Lei Federal 13.278/16 (Brasil, 2016) alterou a lei anteriormente aprovada em 2008 e estabeleceu uma nova redação em relação ao componente curricular Arte. Além disso, a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017a) traz a música ao longo da formação na Educação Básica articulada a campos de experiência ou ao componente curricular Arte.

Metodologia

A pesquisa documental pode ser definida como aquela que utiliza de algum tipo de documento para estudar determinado fenômeno (Marconi; Lakatos, 2003; Cohen; Manion; Morrison, 2007). Na presente pesquisa, um recorte temporal de dez anos (2014 a outubro de 2024) foi adotado para a seleção dos documentos para a análise documental. Esse recorte foi selecionado pelo entendimento de que legislações recentes (Brasil, 2008, 2016, 2017a) que impactaram na educação musical no Brasil poderiam ter influenciado escolhas em processos de seleção de profissionais ou na redação de possíveis documentos oficiais no estado de Mato Grosso (considerando o documento oficial mais recente de cada rede). Sobre a escolha das redes federal e estadual em Mato Grosso, este recorte foi adotado pelo motivo de entender que a rede estadual apresenta um currículo em comum para todo o estado de Mato Grosso, enquanto a análise da rede federal poderia ser voltada ao Ensino Médio oferecido no estado. Por outro lado, a análise de todos os municípios do estado de Mato Grosso e seus respectivos documentos seria inviável no escopo do presente trabalho.

A busca de documentos para a análise seguiu o objetivo de investigar a presença da educação musical nos contextos das redes federal e estadual. Neste sentido, foram selecionados documentos sobre o currículo proposto e documentos sobre os concursos realizados para ingresso de professores para a atuação nos componentes curriculares específicos em que a educação musical estivesse presente. Desta forma, seguindo as orientações de Cohen, Manion e Morrison (2007) sobre os esclarecimentos de tipos de documentos, todos os documentos consultados são de caráter formal e públicos. Todos os documentos analisados foram tratados como resultados da pesquisa documental. A leitura e análise qualitativa realizada pelo autor teve como objetivo identificar a presença da educação musical nos documentos analisados, com um destaque para a síntese qualitativa do conteúdo analisado (Triviños, 1987).

Resultados

Os resultados foram organizados em duas subseções que detalham os documentos encontrados em relação às redes federal e estadual. Em ambas as subseções, os documentos sobre os concursos realizados para ingresso de professores efetivos são apresentados em um primeiro momento, seguido dos documentos sobre o currículo proposto em cada rede de ensino.

Rede federal

No caso da rede federal, o estado de Mato Grosso conta apenas com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), ofertando na Educação Básica a etapa do Ensino Médio que é integrado a algum curso técnico profissionalizante. Em relação aos documentos sobre os concursos realizados para o ingresso de professores para a atuação nos componentes curriculares específicos em que a educação musical estivesse presente, a análise dos últimos dez anos revelou a existência de três concursos. Os documentos encontrados são editais de concurso público para provimento de professores efetivos que foram redigidos pela Reitoria do IFMT. Os editais foram redigidos e publicados oficialmente nos anos de 2015, 2022 e 2024. No caso da educação musical, os dois primeiros editais ofertavam vagas de professor com a nomenclatura “Artes/Música” e a exigência de formação mínima elencada nos editais foi a Licenciatura em Música. O último edital ofertou vaga com a nomenclatura “Artes Visuais” e a exigência de formação mínima elencada no edital foi a Licenciatura em Artes Visuais.

O IFMT conta, em outubro de 2024, com 20 *campi* distribuídos pelo estado de Mato Grosso. Em termos curriculares, não há um currículo comum para o Ensino Médio em que o componente curricular Arte seja padronizado em todos os *campi*. Como o Ensino Médio no IFMT é integrado a algum curso técnico profissionalizante, cada campus e cada curso de Ensino Médio possui um Plano Pedagógico de Curso (PPC) em que as disciplinas, carga horária e demais aspectos de ensino são apresentados. Considerando essa singularidade, Lopes (2018) realizou uma análise sobre o componente curricular Arte/Música na educação profissional nos Institutos Federais e, no caso do IFMT, a autora identificou 50 cursos de Ensino Médio integrado a diferentes técnicos. A partir da análise de Lopes (2018), foi possível identificar que a educação musical estava presente nos PPCs de 31 cursos, seis PPCs não apresentavam um espaço para a educação musical e 13 PPCs não puderam ser localizados. Neste sentido, esse mesmo percurso foi atualizado pelo presente autor em 2024 e os dados são apresentados a seguir.

Em relação à quantidade de cursos de Ensino Médio integrado aos diferentes tipos de técnicos profissionalizantes, as informações acessadas a partir das páginas oficiais indicaram a existência e funcionamento de 20 *campi* e 53 cursos¹ até outubro de 2024, incluindo uma conferência com as informações mais recentes de processos seletivos de ingresso de estudantes para verificar a situação do funcionamento dos cursos. Neste sentido, a presente pesquisa consultou os PPCs desses cursos (todos os documentos foram localizados), considerando esses arquivos como documentos públicos e oficiais aprovados pelo Conselho Superior do IFMT. Desses 53 cursos existentes, todos apresentavam o componente curricular Arte nos currículos com carga horária variando entre 34 e 204 horas e com datas de atualização dos PPCs entre 2014 e 2024. Além disso, menções ao termo “música” ou similar estiveram presentes nas descrições das ementas do componente curricular Arte de 40 PPCs consultados.

De maneira geral, os PPCs analisados não apresentam uma unificação e padronização em termos de redação, carga horária e distribuição da carga horária ao longo do Ensino Médio. As nomenclaturas adotadas nos PPCs dos cursos de Ensino Médio integrado a diferentes técnicos também não apresentam consenso entre “Arte” e “Artes”. A maior parte dos cursos de Ensino Médio possuem o componente curricular Arte nos três anos do Ensino Médio (poucos cursos possuem quatro anos), mas há cursos que distribuem a carga horária em diferentes anos do Ensino Médio (por exemplo, 68 horas no primeiro ano e 34 horas no terceiro ano). Os PPCs

¹ Site oficial do IFMT com os respectivos *campi*: <https://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/os-campi-do-ifmt/>

não são estáticos, uma vez que passam por atualizações constantes na redação dos documentos. Neste sentido, muitos dos PPCs mais recentes apresentam justificativas para o componente curricular Arte no Ensino Médio a partir da Lei Federal 12.287/10 (Brasil, 2010) que reforça o ensino obrigatório de Arte em todas as etapas da Educação Básica, assim como também citavam o documento de Política de Arte e Cultura do IFMT (IFMT, 2019).

Há alguns casos específicos em relação ao componente curricular Arte no Ensino Médio em alguns *campi*. No caso do campus Cuiabá, há descrições na ementa de Arte no Ensino Médio para atividades em turmas específicas a partir da música e das artes visuais/audiovisual. No caso dos *campi* Alta Floresta, Guarantã do Norte e Várzea Grande, o primeiro ano do Ensino Médio apresenta um destaque para as artes visuais, o segundo ano para a música e o terceiro ano para as artes cênicas. No caso do campus Tangará da Serra, o primeiro ano do Ensino Médio apresenta um destaque para a música, enquanto que o segundo ano e terceiro ano do Ensino Médio apresentam descrições sem especificações. No caso do campus Lucas do Rio Verde, o primeiro ano do Ensino Médio apresenta um destaque para as artes visuais/audiovisual, o segundo ano para a música e o terceiro ano não apresenta descrição específica. Por fim, o campus Campo Novo do Parecis apresenta descrições sem especificações para os três anos do Ensino Médio no componente curricular Arte, mas também apresenta um componente curricular adicional intitulado “Cultura, Arte e Movimento” que inclui aspectos da cultura popular, jogos e brincadeiras relacionadas com arte, música e movimento.

Rede estadual

No caso da rede estadual, o órgão responsável pela Educação Básica é a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC). Em relação aos documentos sobre os concursos realizados para o ingresso de professores para a atuação nos componentes curriculares específicos em que a educação musical estivesse presente, a análise dos últimos dez anos revelou a existência de apenas um concurso. O documento encontrado é um edital de concurso público para provimento de professores efetivos que foi assinado pela SEDUC como documento público e oficial no ano de 2017. No caso da educação musical, o edital ofertou vagas com a nomenclatura “Artes” e a exigência de formação mínima elencada no edital possuía a seguinte nomenclatura “Licenciatura Plena em Educação Artística com habilitação em Artes Plásticas e/ou Música”.

A rede estadual de Mato Grosso conta com diferentes instituições de ensino em todo o estado que oferecem o acesso às três etapas da Educação Básica (Educação Infantil², Ensino Fundamental e Ensino Médio). Em termos curriculares, a rede estadual realizou esforços no sentido de redigir o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC-MT) com o objetivo de subsidiar a reelaboração dos Projetos Político Pedagógicos (PPPs) das escolas da rede pública estadual. O DRC-MT deixa claro o seu papel de auxiliar na revisão curricular local das escolas e, desta forma, não apresenta uma carga horária fixa a ser seguida pelas instituições de ensino para cada componente curricular. O DRC-MT e demais documentos orientacionais disponibilizados pela SEDUC indicam possibilidades de flexibilização na organização curricular em cada instituição, principalmente na implementação da nova organização curricular do Ensino Médio. No entanto, a partir de uma consulta ao documento de Matrizes Curriculares – Orientações para 2024, a SEDUC aponta uma forma específica de distribuição de aulas e carga horária da formação básica geral dos estudantes: (1) o Ensino Fundamental – Anos Iniciais apresenta o componente curricular Arte junto com os demais componentes de Linguagens na formação dos estudantes, mas sem uma carga horária específica para os componentes curriculares; (2) o Ensino Fundamental – Anos Finais apresenta duas aulas semanais para o componente curricular Arte em todos os anos; e (3) o Ensino Médio apresenta uma aula semanal para o componente curricular Arte na formação básica geral em todos os anos, podendo também estar nas trilhas de aprofundamento.

O DCR-MT foi publicado em uma primeira versão em 2018 em quatro volumes: (1) Concepções para a Educação Básica; (2) Educação Infantil; (3) Ensino Fundamental – Anos Iniciais; e (4) Ensino Fundamental – Anos Finais. Posteriormente, a SEDUC publicou o DRC-MT para o Ensino Médio em 2021, considerando os debates e as necessidades de adequações à legislação sobre o Novo Ensino Médio (BRASIL, 2017b)³. Todos os volumes do DRC-MT para todas as etapas da Educação Básica consideram a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017a) em sua redação. No caso específico da educação musical, o volume da Educação Infantil segue a BNCC ao estabelecer espaços para a música nos campos de experiência com uma

² O estado de Mato Grosso possui algumas instituições de ensino na etapa de Educação Infantil, apesar do foco dos documentos de matrizes curriculares ser a partir do Ensino Fundamental. No entanto, o estado publicou o DRC-MT para a Educação Infantil ao considerar que esse é também um documento orientador para os municípios.

³ Em abril de 2024, o governo federal anunciou uma portaria de suspensão temporária do cronograma nacional de implementação do Novo Ensino Médio, iniciada em 2022, para uma consulta pública e estudos sobre a etapa do Ensino Médio na Educação Básica.

redação geral sobre arte. Já os volumes do Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais) indicam a presença do componente curricular Arte com uma redação que segue a BNCC e que estabelece a música como uma das unidades temáticas com os seus respectivos objetos de conhecimento e habilidades. Uma característica dos volumes do DRC-MT é assumir as habilidades descritas na BNCC, mas também acrescentar habilidades nos objetos de conhecimento com a finalidade principal de articular conhecimentos e expressões artísticas regionais. Por fim, o volume do Ensino Médio considera também a BNCC e indica o componente curricular Arte na formação básica geral a partir de uma redação geral sobre arte que contempla também a música. Além da formação básica geral, o DRC-MT para o Ensino Médio também indica a possibilidade de que haja um espaço de aprofundamento no ensino e na aprendizagem de Arte/Música em componentes eletivos e nas trilhas de aprofundamento (sob responsabilidade do currículo de cada instituição). Para além do currículo das etapas da Educação Básica, a SEDUC também divulga em seus portais oficiais o programa Educarte (Projeto de Arte, Música e Comunicação), que tem como objetivo a criação de núcleos artísticos no sentido de ofertar uma formação pedagógica complementar.

De maneira geral, o DRC-MT tem sido discutido no campo mais amplo da educação a partir de seus discursos (por exemplo, Santos; Santos, 2021). Considerando o espaço do componente curricular Arte e o DRC-MT, há algumas publicações que utilizam do documento como referencial para a fundamentação e implementação de propostas para o componente curricular Arte com aproximações com a educação musical (por exemplo, Pedreski, 2023). Além disso, há também publicações que propõem uma leitura crítica sobre o conteúdo escrito nos documentos e o impacto dessa redação na formação e na atuação de profissionais no componente curricular Arte no estado de Mato Grosso (por exemplo, Moreira, 2021; Vissicchio, 2022).

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo investigar a presença da educação musical no estado de Mato Grosso a partir de uma pesquisa documental da Educação Básica nas redes federal e estadual. A análise qualitativa de documentos permitiu identificar o espaço geral da educação musical nos documentos curriculares das redes federal e estadual de Mato Grosso. A partir do reconhecimento desses espaços, é possível uma maior propriedade em termos de atuação e reflexão sobre as possibilidades para as ações de ensino, de aprendizagem e de políticas

educacionais. Tal reconhecimento é relevante ao se considerar a formação de novos professores(as) de música e a atuação dos profissionais que irão atuar e já estão atuando na Educação Básica do estado de Mato Grosso.

Este artigo apresenta algumas limitações, como a não inclusão de uma análise dos municípios do estado de Mato Grosso, uma vez que esta é uma tarefa que demanda um esforço coletivo maior e alguns pesquisadores já iniciaram atividades neste sentido (por exemplo, Borne et al, 2021). Além disso, há poucas pesquisas realizadas sobre o espaço da educação musical em Mato Grosso que poderiam auxiliar no aprofundamento de discussões dos dados coletados. Uma outra limitação é a falta de aprofundamento de dados empíricos sobre professores, gestores e estudantes em cada uma das redes, considerando que foram consultados apenas dados documentais no recorte da presente pesquisa. Por fim, é possível reconhecer os avanços sobre o ensino e a aprendizagem de música em Mato Grosso, assim como se faz necessário reconhecer os espaços (ou a falta de espaços) para a educação musical em cada contexto e as possibilidades de ações e reflexões educativo-musicais.

Referências

ABREU, Delmary V. Música no Ensino de Arte em Sinop/MT. In: OLIVEIRA, Alda de Jesus; CAJAZEIRAS, Regina (Orgs.). *Educação Musical no Brasil*. Salvador: Sonare, 2007. p. 189-197.

ABREU, Delmary V. Política educacional para o ensino de Arte em Sinop: narrativas de professores sobre inserção profissional na área de Arte/Música. *Educação, Cultura e Sociedade*, v. 1, n. 2, p. 203-218, 2011.

BORNE, Leonardo S.; PALHARES, Taís H.; IPÓLITO, Luiz F.; VETTORELO, Jéssica M. B. Levantamento da educação musical na rede educativa municipal de Cuiabá: locais, percepções, práticas, recursos humanos e formações. In: SemiEdu, 2021, Cuiabá. *Anais [...]* Cuiabá: UFMT, 2021. s/p

BRASIL. *Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008*. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11769.htm>. Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL. *Lei nº 12.287, de 13 de julho de 2010*. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112287.htm>. Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL. *Lei nº 13.278, de 2 de maio de 2016*. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113278.htm>. Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular – BNCC*. Brasília, 2017a. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 24 abr. 2024.

BRASIL. *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Brasília, 2017b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm>. Acesso em: 24 abr. 2024.

COHEN, Louis; MANION, Lawrence; MORRISON, Keith. *Research Methods in Education*. 6a ed. New York: Routledge, 2007.

ELLIOTT, David. J.; SILVERMAN, Marissa. *Music Matters: A Philosophy of Music Education*. 2nd ed. New York: Oxford Press, 2015.

FIGUEIREDO, Sérgio L. F. Considerações sobre a pesquisa em educação musical. In: FREIRE, Vanda B. (Org.). *Horizontes da pesquisa em música*. Rio de Janeiro: Letras, 2010. p. 155-175.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. *Censo 2022*. <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>> Acesso em: 24 abr. 2024.



XVIII ENCONTRO REGIONAL
CENTRO-OESTE DA

ABEM

EDUCAÇÃO MUSICAL, MUNDO DO TRABALHO E A
CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA



abem

Associação Brasileira
de Educação Musical

IFMT – Instituto Federal de Mato Grosso. *Política de Arte e Cultura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso*. Cuiabá, 2021. Disponível em: <https://proex.ifmt.edu.br/media/filer_public/ab/66/ab6655a5-db39-45a4-b610-bef47c70b8ae/resolucao_consepe_no_039-2021_-_politica_de_arte_e_cultura_do_ifmt.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2024.

LOPES, Josiane P. M. *O componente curricular de Arte/Música na educação profissional: a visão do docente a respeito do currículo dos cursos técnicos integrados ao ensino médio dos Institutos Federais*. Tese (Doutorado em Música). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5a ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATO GROSSO. *Lei Ordinária nº 9437 de 16 de agosto de 2010*. Cuiabá, 2010. <<https://www.al.mt.gov.br/norma-juridica/urn:lex:br:mato.grosso:estadual:lei.ordinaria:201008-16:9437>> Acesso em: 24 abr. 2024.

MONTI, Ednardo M. G.; ROCHA, Inês de Almeida (Orgs.). *Ecos e memórias: histórias de ensinos, aprendizagens e músicas*. Teresina: EDUFPI, 2019.

MOREIRA, Dilma A. *Reflexões teórico-práticas sobre o ensino de arte na educação básica: um estudo na cidade de Cuiabá, Mato Grosso*. Dissertação (Mestrado em Ensino). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil, 2021.

OLIVEIRA, Alda de Jesus; CAJAZEIRAS, Regina (Orgs.). *Educação Musical no Brasil*. Salvador: Sonare, 2007.

PEDRESKI, Marli. Aulas de Arte: um espaço para práticas significativas nos anos finais do Ensino Fundamental da Educação Básica. *Contemporânea*, v. 3, n. 8, s/p, 2023.

PEREIRA, Eliton P. R. A pesquisa sobre história da educação musical no Brasil: um estudo de revisão em teses. *Revista Caminhos da Educação*, v. 5, n. 2, p. 1-19, 2019.

PEREIRA, Marcos V. M. A história da educação musical como campo científico: primeiros ecos de um processo de autonomização. In: MONTI, Ednardo M. G.; ROCHA, Inês de Almeida (Orgs.). *Ecos e memórias: histórias de ensinos, aprendizagens e músicas*. Teresina: EDUFPI, 2019. p. 11-16.

SANTOS, Geniana; SANTOS, Delvânia A. G. BNCCe DRC/MT: das tentativas de implementação aos processos de ressignificação curricular. *Interação*, v. 21, n. 1, p. 360-373, 2021.

SILVA, Eurípedes Norberta da. *Cartografia da Arte-Educação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT*. Dissertação (Mestrado em Ensino). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia De Mato Grosso / Universidade de Cuiabá, Cuiabá, Brasil, 2019.

27 a 29 de novembro de 2024
Goiânia-Goiás | Instituto Federal de Goiás



www.abem.mus.br

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso. *MÚSICA. LICENCIATURA. Projeto Pedagógico de Curso de Graduação 2023 – 2031*. Cuiabá, 2022.

<<https://ufmt.br/curso/musica/pagina/sobre-os-cursos/3148>> Acesso em: 24 abr. 2024.

VISSICCHIO, Thacio F. *Prática docente no ensino de teatro: de que aula de arte estamos falando?* Dissertação (Mestrado Profissional em Artes). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil, 2022.